

THE ZAMBEZI

Edição especial

Volume 6 no 1

O processo da ZamCom, uma luz para a política de águas na SADC

por Leonissah Munjoma

O processo que levou à formação da Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZamCom) teve um grande impacto na África Austral, sobretudo na perspectiva das questões transfronteiriço. O processo levou a que estas questões estivessem no topo da agenda na SADC.

Levou mais que uma década de negociações para que o estabelecimento da ZamCom fosse concluído. Durante estes anos, muitos desenvolvimentos ocorreram. Estes incluem a negociação e assinatura do Protocolo da SADC sobre Cursos de Água Partilhados, o estabelecimento de outras organizações sobre bacias de rios, a formulação do Plano de Acção Estratégica Regional. Este processo revelou também a necessidade de cometimento político dentro dos países da SADC.

Luís de Almeida da Divisão de Águas da SADC disse durante a feira sobre Recursos Hídricos, Saneamento e Higiene (Warsh), tida em Harare que o protocolo da SADC no partilhado curso de água é o resultado do processo da ZamCom.

Ele disse que o processo tem contribuído para o processo de aprendizagem colectiva,

estabelecimento de redes, uniformização de critérios e construção de confiança na África Austral.

Sete dos estados ribeirinhos da bacia do Zambeze assinaram em Julho um acordo para estabelecer a ZamCom. As negociações para estabelecer a ZamCom datam de 1980. Contudo elas foram suspensas em inícios dos anos 1990s para dar lugar às discussões do Protocolo da SADC sobre os Cursos de Água Partilhados, assinado em 1995. O protocolo foi revisto em 2000 e entrou em vigor em 2003, após a ratificação pela requerida maioria de dois terços.

A necessidade para tal protocolo surgiu durante as discussões sobre a ZamCom e na altura foi notado que antes que uma Organização de Base Ribeirinha (RBO) fosse

continua na página 3

The Zambezi

Vol 6 No 1 Edição especial



O The Zambezi é publicado três vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa - Centro de Pesquisa Ambiental para a África Austral Musokotwane (SARDC-IMERCSA) através de uma parceria com SADC, IUCN, ZRA e Asdi.

O Boletim é publicado sob o Projecto de Relatório do Estado do Ambiente na Bacia do Zambeze financiado pela Asdi. O objectivo é informar as pessoas sobre o estado do meio ambiente na bacia e promover boas práticas ambientalistas na região da SADC.

Os parceiros da SOE Zambeze agradecem à Programa 6 de Acção do Zambeze Fase II (ZAPCRO 6 II) por financiar o projecto.

Equipa Editorial

Leonissah Munjoma (Editora)
Clever Mafuta
Bayano Valy
Phyllis Johnson

Centros Nacionais de Contacto

Workshop de Desenvolvimento, Angola;
Fórum para Agricultura Sustentável (FONSAG), Botswana;
Coordenação para a Reabilitação do Ambiente (CURE), Malawi;
Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Zambeze (GPZ), Mozambique;
Desenvolvimento Rural Integrado e Desenvolvimento da Natureza (IRDNCC), Namibia;
Conselho Nacional de Gestão Ambiental (NEMC), Tanzania;
Conselho Ambiental da Zâmbia (ECZ);
Associação Campfire, Zimbabwe.

Design

Tonely Ngwenya

Organização e Impressão

DS Print Media

Marca registada SARDC, 2004

São bem-vindas contribuições de indivíduos e organizações dentro e fora da região da SADC, sob a forma de artigos, notícias e comentários. O Editor reserva-se o direito de usar ou não o material, bem como de editá-lo considerando questões de espaço.

Correspondência geral, cartas ao editor e outro material pode ser enviado para o seguinte endereço:

The Zambezi

Email: cep@sardc.net
IMERCSA, 15 Downie Avenue, Belgravia,
Caixa Postal 5690, Harare, Zimbabwe
Tel: 263-4-791141
Fax: 263-4-791271
Internet: www.sardc.net/imercsa



EDITORIAL

O lançamento da Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZamCom) é um passo significativo em direcção à integração regional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O rio Zambeze e a sua densa rede de tributários e ecossistemas constitui um dos mais importantes e valiosos recursos naturais da África Austral. É, talvez, o melhor que a região possui em termos de capital natural partilhado.

A SADC reconhece a necessidade da cooperação regional na gestão dos recursos naturais comuns, usando uma abordagem de ecossistema integrado.

O Artigo 5 do Tratado da SADC compromete todos os estados membros a atingirem uma utilização sustentável dos recursos naturais e uma efectiva protecção do meio ambiente.

Na sua introdução ao livro "O Estado do Meio Ambiente na Bacia do Zambeze 2000", o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, então Presidente da SADC, assinalou que como o mais partilhado recurso na região da SADC, a bacia do Zambeze constitui um teste em termos de cumprimento de um dos objectivos do Tratado da SADC.

Com o crescimento da demanda pela água nos estados banhados pela bacia, a partilha de água tornou-se na maior preocupação e as questões trans-fronteiriças como o uso da terra e dos recursos naturais, tais como intervenções na gestão da água e das terras irrigadas, ditam a necessidade de a planificação ser feita de uma maneira coordenada e integrada.

O estabelecimento da ZamCom é providencial uma vez que permite aos estados ribeirinhos o estabelecimento de laços que proporcionem a discussão e troca de pontos de vista e a cooperação mutuamente vantajosa para se alcançar uma melhor gestão dos recursos hídricos comuns.

A bacia do rio Zambeze possui na sua larga extensão, recursos hídricos, terra e solos, florestas, e fauna bravia que definem uma gama de actividades económicas da região desde a geração de energia, agricultura e silvicultura, manufatura e mineração até a conservação e turismo, e monitoria científica e pesquisa.

O consenso sobre a necessidade de uma planificação coordenada na gestão dos recursos hídricos partilhados foi demonstrado não somente na África Austral como também no resto de África, onde organizações ribeirinhas foram estabelecidas. Estas incluem a iniciativa da Bacia do Nilo (NBI), a Comissão Orange-Senqu (Orasecom) e a Comissão do Limpopo (Limcom).

A Divisão de Água da SADC tem um mandato para implementar o Plano de Acção Estratégico Regional para a Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. Um dos elementos deste plano é o estabelecimento de comissões para a bacia do rio, conforme o definido no Protocolo da SADC sobre Cursos de Água Partilhadas.

Os estados ribeirinhos na região, com o apoio da comunidade de doadores, têm-se devotado à causa e atribuído recursos substanciais para o estabelecimento de instituições regionais que darão efectividade ao Protocolo da SADC.

A ZamCom necessita de tirar lições das organizações ribeirinhas já estabelecidas, bem como de instituições bilaterais tais como a Autoridade do Rio do Zambeze, de forma a reforçar a gestão do rio e dos seus recursos.

Há um grande número de desafios na bacia do Zambeze. Estes incluem assegurar que todos os principais actores concordem com o conceito de gestão comum dos recursos hídricos, criando-se assim um entendimento comum em relação à Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (IWRM), e concordância sobre áreas prioritárias para políticas harmoniosas, estratégias integradas e resolução de conflitos.

O Secretário Executivo da SADC, Dr. Prega Ramsamy, disse durante o lançamento da ZamCom, realizado em Kasane, Botswana, que há necessidade de cooperação e desenvolvimento do curso de água, tendo em mente a prevenção de calamidades como resultado de "extremas ocorrências naturais tais como as secas e as inundações".

Um recurso hídrico bem gerido irá beneficiar a maioria da população da SADC que depende da bacia para a sua sobrevivência, o que também contribuiria para o objectivo da erradicação da pobreza. O alívio da pobreza com o objectivo da sua erradicação é um objectivo global que foi incluído em processos como os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (MDGs), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África da União Africana, e o Plano Indicativo de Desenvolvimento Estratégico Regional da SADC. Não é por mero acaso que todos estes processos colocaram como prioridade o objectivo da erradicação da pobreza. É a constatação de que a pobreza somente pode ser erradicada através da cooperação, integração e partilha de recursos.

O lançamento da ZamCom coloca a região no caminho da parceria em desenvolvimento. A partilha das bacias hídricas pode ser uma fonte de conflitos e instabilidade política se os estados cingirem-se a políticas estritas. O cenário do futuro para a situação de água na região, conforme desenhado em *Definindo e Escalpelizando a Sustentabilidade dos Recursos Hídricos na África Austral*, um relatório da SADC, mostra uma região enfrentando graves carências de água em alguns países com situações desde a escassez absoluta de água a problemas de tensão e qualidade, e problemas de abastecimento.

O sucesso da ZamCom irá depender largamente de como serão estabelecidas as parcerias. Sem o estabelecimento de parcerias e projectos conjuntos, poderá ser difícil a gestão de um recurso tão largo e diverso como o rio Zambeze e a sua bacia.

Destaques...

Estados da bacia do rio Zambeze assinam acordo	4
Processo da ZamCom para informar doutros acordos	5
Alcançar a igualdade de género, um desafio à ZamCom	6
A SADC desafia as Parcerias Nacionais em Águas a ter impacto	7

O processo da ZamCom, uma luz para a política de águas na SADC

continuação da página 1

criada, havia necessidade de um modus operandi para a gestão de cursos de água partilhados.

Almeida disse que o longo tempo que levou à finalização do acordo da ZamCom resultou num pacto poderoso, compreensivo e mais complexo que outros acordos assinados anteriormente. Diferentemente de outras organizações ribeirinhas, a ZamCom tem um secretariado e as suas funções foram predeterminadas.

“Sendo a última organização de base ribeirinha, tal trouxe-lhe benefícios. Ela tem níveis mais altos que outras RBOs. Mas isso é um processo de aprendizagem”. Bernard Khupe, envolvido tanto com a Comissão Okavango como com a Comissão Orange Senque concordou com Almeida ao falar sobre as complexidades que as duas organizações ribeirinhas estão a viver devido à ausência de um secretariado.

“Ambas as organizações dependem de pessoas que têm já os seus empregos e que somente comparecem às reuniões como membros das comissões e quando regressam aos seus países dedicam os seus tempos aos seus postos de trabalho nos respectivos governos”, disse.

Almeida disse que o processo de negociação da ZamCom projectou questões trans fronteiriças sobre águas para o topo da agenda política na região. Na sequência do Protocolo sobre sistemas de Cursos de água Partilhados, uma unidade especializada para o sector regional de águas foi estabelecido na SADC, enquanto que o plano estratégico regional de acção sobre gestão integrada de recursos hídricos (IWRM) foi formulado e tudo isto

facilitou a criação de instituições de carácter ribeirinho na região. Algumas das lições aprendidas do processo incluem:

- ♦ o facto de que há agora cometimento político e linhas de orientação ao mais alto nível possível na SADC;
- ♦ há agora parâmetros de trabalho mais largos para a integração regional e desenvolvimento;
- ♦ a sensibilização sobre a necessidade de um protocolo da SADC sobre cursos de água partilhados;
- ♦ a região adoptou uma abordagem abrangente na IWRM;
- ♦ há apropriação e liderança da comissão pelos estados ribeirinhos;

Objectivos e funções da ZamCom

O objectivo da Comissão é o de promover a utilização equitativa e racional dos recursos hídricos do Curso de Água do Zambeze, bem como uma gestão equitativa e desenvolvimento sustentável.

As funções da Comissão são as de:

- ♦ colectar e disseminar dados e informação sobre o Curso de Água do Zambeze necessário para a implementação do presente acordo;
- ♦ promover, apoiar, coordenar e harmonizar a gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos do Curso de Água do Zambeze;
- ♦ aconselhar os Estados Membros na planificação, gestão, utilização, desenvolvimento, protecção e conservação do Cursos de Água do Zambeze, bem como sobre o papel e posição do Público em relação a tais actividades e o possível impacto sobre matérias relacionadas com o património social e cultural;
- ♦ aconselhar os Estados Membros sobre medidas necessárias para evitar disputas e assistir na resolução de conflitos entre Estados Membros através da planificação, gestão, utilização, desenvolvimento, protecção e conservação do Cursos de Água do Zambeze;
- ♦ criar uma maior confiança entre os habitantes do Curso de Água do Zambeze através do fomento da utilização equitativa e racional e da eficiente gestão e desenvolvimento sustentável dos recursos do Cursos de Água do Zambeze;
- ♦ cooperar com instituições da SADC bem como outras organizações nacionais e internacionais onde necessário;
- ♦ promover e assistir na harmonização das políticas nacionais de águas e medidas legislativas; e
- ♦ levar a cabo outras funções e responsabilidades que os Estados Membros possam mandar de tempos a tempos.

- ♦ a Comissão adoptou uma postura contrária à abordagem de simples partilha de águas, o que permite beneficiar os que menos água têm;
- ♦ há financiamento nacional para as iniciativas regionais como resultado da instauração da Comissão;
- ♦ confiança mútua e processos de construção de confiança;
- ♦ a conclusão de que quaisquer bem intencionados processos levam o seu tempo; e
- ♦ a importância de usar o processo de abordagem do que o de gerir projectos.

Entre alguns dos desafios que a ZamCom enfrenta, Almeida disse que estão o desenvolvimento e a capacitação institucional, a continuação da apropriação e liderança do processo do Zambeze pelos estados ribeirinhos, a finalização da estratégia de desenvolvimento ao mesmo tempo que se atacam as prioridades imediatas tidas como objectivos na redução da pobreza, bem como a implementação de um programa baseado numa abordagem ampla baseada na gestão do processo e um orçamento financiado sob uma base de parceria diversificada. □



Estados da bacia do rio Zambeze assinam acordo

Estados ribeirinhos à bacia do rio Zambeze assinaram um acordo estabelecendo a Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZamCom) na expectativa de promover a utilização equitativa e racional dos cursos de água da bacia do rio.

Espera-se também que promova uma gestão eficiente e um desenvolvimento sustentável entre os estados ribeirinhos, nomeadamente Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Todos os estados ribeirinhos, à excepção da Zâmbia subscreveram o acordo. A Zâmbia ainda está em consultas a nível nacional.

O acordo rubricado a 13 de Julho em Kasane, Botswana, é o culminar de negociações que remontam dos anos 1980s. Estas conversações, contudo, tiveram que dar lugar a negociações em torno do Protocolo da SADC sobre os Cursos de Água Partilhados, que foi assinado em 1995 e o mais tarde revisto e ratificado em 2003. As negociações foram retomadas em 2002.

De acordo com as palavras do Secretário Executivo da SADC, Dr. Prega Ramsamy, espera-se que a ZamCom “jogue um papel crítico assegurando o desenvolvimento balanceado e harmonioso dos recursos da Bacia do Curso de Água do Zambeze, com vista a prevenir potenciais conflitos e que assegure também uma partilha adequada e efectiva entre todos os estados ribeirinhos em particular, e na região da SADC em geral”.

O acordo é testemunha do cometimento da SADC quanto à integração regional e promoção da cooperação efectiva na

Gerindo a Comissão do Curso de Água do Zambeze

Três órgãos irão gerir a Comissão: O Conselho de Ministros, o Comité Técnico e o Secretariado. O principal papel do Conselho será o de adoptar políticas e decisões, e de garantir a necessária liderança durante a implementação.

O Comité Técnico irá implementar as políticas e decisões do Conselho.

O Secretariado irá providenciar os serviços técnicos e administrativos ao Conselho sob a supervisão do Comité Técnico. O Secretariado irá também facilitar o desenvolvimento do plano estratégico, programa anual de trabalho, planos, estudos, inquéritos e outros documentos necessários para a implementação do acordo.

Os estados da bacia estão cometidos a oito princípios sob a ZamCom. Eles são pelo desenvolvimento sustentável, utilização sustentável, e prevenção contra danos, precaução, equidade inter-generacional, cuidados quanto aos impactos trans-fronteiriços, cooperação e utilização equitativa e racional.

gestão e desenvolvimento de recursos hídricos.

A cerimónia de assinatura do acordo, oficializada pelo Presidente do Botswana Festus Mogae foi também agraciada por outros dignitários, incluindo o ministro coordenando a região da SADC no Conselho Ministerial Africano sobre Águas, Monyane Moleleki, que é Ministro dos Recursos Naturais do Lesotho, e pelo Embaixador Sueco no Botswana, Annika Jagander.

No seu discurso, o Presidente Festus Mogae desafiou a Comissão a fazer coisas de maneira inovadora de forma a atingirem-se os objectivos propostos.

“Temos que nos perguntar o que pretendemos fazer diferentemente na próxima década e actuarmos melhor que anteriormente. Ao iniciar o seu trabalho, a Comissão do Curso de Água do Zambeze, e em

particular o seu Conselho constituído por oito ministros das águas dos estados ribeirinhos, deve perguntar-se como é que vai contribuir efectivamente para o objectivo das Nações Unidas”, disse referindo-se aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que têm como alvo reduzir à metade o número de pessoas sem acesso à água potável e saneamento até 2015.

A sua visão em 10 anos é uma situação em que projectos estratégicos conjuntos entre os países ribeirinhos têm um impacto positivo na qualidade de vida das pessoas na bacia.

“Na minha visão, a Comissão do Curso de Água do Zambeze será mais que um grupo de representantes protegendo interesses nacionais em disputas actuais ou potenciais. A Comissão estará em posição de contribuir construtivamente para o alargamento da paz, melhoramento da pobreza e a sua total erradicação, bem como na integração da região da SADC através de um uso mais eficiente e sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais ao nosso dispor”, disse.

Há necessidade de que todos os países na bacia do Zambeze acelerem a implementação de actividades de forma a assegurar que os benefícios atinjam a maioria da população da SADC que depende da bacia do rio para a sua vida. Há necessidade da cooperação na gestão e desenvolvimento do curso de água tendo em mente a prevenção de calamidades como resultado “de ocorrências naturais extremas como as secas e as inundações”, disse o Dr. Ramsamy. □

Dimensões da Bacia do Zambeze

País	Área Total km ²	Área na Bacia km ²	Área na Bacia %	População Total 2002 a	População na Bacia b	População na Bacia %
Angola	1.246.700	145.000	11,6	14.000.000	518.000	3,7
Botswana	582.000	84.000	14,4	1.736.000	13.888	0,8
Malawi	118.000	110.390	93,2	11.500.000*	9.901.500	86,1
Moçambique	802.000	140.000	17,5	18.100.000	3.472.200	19,2
Namíbia	824.000	24.000	2,9	1.830.000	67.710	3,7
Tanzânia	945.000	27.000	2,9	33.600.000	1.344.000	4,0
Zâmbia	735.000	540.000	71,7	10.700.000**	7.511.400	70,2
Zimbábue	391.000	251.410	64,3	11.630.000	8.385.230	72,1
Total	5.661.700	1.321.800		103.096.000	31.753.568	30,8

* Meados de 2003

** Projeção em meados de 2004

Fonte: Chenje, M. (ed), *O Estado do Meio Ambiente na Bacia do Zambeze 2000*,

SADC/IUCN/ZRA/SADC, Maseru/Lusaka/Harare, 2000

a Página da Web da SADC (www.sadc.int)

b Adaptado da página de estatística da SADC (a.)



O processo da ZamCom inspirar outros acordos sobre cursos de água partilhados

por Bayano Vally

Maputo (SARDC) – O lançamento este ano da Comissão do Curso de Água do Zambezi (ZamCom) deve servir de catalisador, resultando na região da SADC assinar mais acordos de gestão para as restantes 14 bacias hídricas partilhadas.

Negociações tendentes a estabelecer a ZamCom estiveram prenhes de dificuldades e estiveram atrasadas – as conversações começaram nos finais dos anos 80 e foram suspensas nos anos 90 para dar a região tempo de discutir o Protocolo da SADC sobre Cursos Hídricos Partilhados, que eventualmente foi assinado em 1995. Elas foram resumidas em 2002, culminando com a assinatura do acordo aos 13 de Julho de 2004 por sete dos oito estados ribeirinhos.

As negociações foram deficientes porque, na opinião do Ministro moçambicano de Obras Públicas, Roberto White, as nações consideraram primeiro os seus interesses. “Quando se olha para os recursos que não são fixados territorialmente como a água, que não são controlados por nenhum país, isso traz uma contradição.”

“Por conseguinte, o processo de gestão de contradições entre interesses nacionais e regionais ou as vezes internacionais leva tempo até que sejam acomodados, e foi o que aconteceu,” disse White.

“As contradições ocorrem entre o que é considerado interesse nacional ou o que primeiro pensa-se que se pode perder quando vai-se à solução regional,” disse. “Este é o dinamismo ou dialética que existe entre interesse nacional versus regional quando estamos a discutir os recursos hídricos.”

Mas o que se deve ter em conta é que “não há vencedores nem vencidos. Fundamentalmente, todos os países vão beneficiar da assinatura do acordo.”

Isso alimentou uma nova visão que fará com que doravante se os países querem pre-seleccionar projectos no Zambeze procurem não somente proteger os interesses nacionais, “mas certificarem-se que os benefícios que poderão ser ganhos num projecto hidroeléctrico, por exemplo, poderão ser partilhados pela região.”

Consequentemente, a assinatura do acordo representa um sinal de boas coisas no futuro. “O Zambeze, sendo, em minha opinião, a bacia mais importante da região da SADC é um grande evento que claramente precisa de ser celebrado.”

“Se todos estes países da SADC conseguiram um entendimento relacionado à uma grande bacia da sua dimensão, que eventualmente seria proporcionalmente problemática como o Zambeze é, é natural que se entenderão mais facilmente noutras bacias que são partilhadas por menos países e que eventualmente têm pouca água como a bacia do Pungué,” disse White.

Durante o processo negocial os países aprenderam um de outro, e no caso de Moçambique, o país ganhou uma grande visão dos interesses que existem a montante do Zambeze, e ao mesmo tempo transmitiu a sua própria percepção que os estados ribeirinhos a montante “nem sequer tinham noção.”

A preocupação de Moçambique é de que o uso de água a montante não afecte as áreas de reprodução do camarão; e que o projecto hidroeléctrico sobre a barragem de Cahora Bassa não seja comprometido, entre outros.

“Temos uma grande delta, que uma grande parte da produção do camarão depende no volume da água doce do Zambeze; nós também temos áreas de protecção ambiental muito importantes, talvez depois do Congo somos a segunda potência de energia na região austral. Todas estas são realidades que foram apreendidas pelos outros países quando as trouxemos à mesa,” disse.

Das 15 bacias hídricas na SADC, Moçambique está a jusante em nove, o que faz do país o que mais bacias partilhadas tem na região. Moçambique é o último país da cadeia de uso. “Por conseguinte, muita água pode ser utilizada nos países a montante antes que chegue a Moçambique, o que significa reduzir a quantidade de água que corre no país, como a qualidade de água – uma vez que a água diminui em quantidade normalmente tem a tendência de ficar poluída,” disse White.

Pelo que, o acordo permite que Moçambique tenha bastante água para levar a cabo os seus projectos que terão sobre as vidas da população.

“Com o acordo estamos prontos a criar condições para a água ser usada para o desenvolvimento da população regional. Os recursos hídricos são extremamente importantes porque são recursos de vida. Eles permitem melhorar as condições de vida da população,” disse. □

Algumas questões que a ZamCom deverá considerar na região

A Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZamCom) deverá lidar com uma série de questões ambientais dentro da bacia. Estas questões incluem:

- ♦ Erradicação da pobreza
- ♦ Harmonização das políticas, legislação e estratégias sobre águas
- ♦ Uso eficiente e equitativo dos recursos hídricos
- ♦ Cooperação regional entre instituições, algumas das quais têm estado em competição e em interesses sobrepostos
- ♦ Optimização da produtividade industrial e mineira e prevenção da poluição
- ♦ Auto-suficiência alimentar e segurança alimentar através de iniciativas de irrigação
- ♦ Mudança demográfica e pressões populacionais
- ♦ Gestão racional dos recursos da biodiversidade e florestais
- ♦ Degradação da terra e erosão de solos
- ♦ Barreiras insustentáveis e as ameaças aos ecossistemas através da sedimentação
- ♦ Depreciação do valor da fauna devido ao sobre-desenvolvimento do turismo
- ♦ A complexidade de colocar menos ênfase nos interesses nacionais em benefício da cooperação regional.



Comunidades cientes das questões de recursos partilhados

As comunidades que vivem na bacia do rio Zambeze estão cientes das questões relacionadas com os recursos naturais partilhados.

Uma destas comunidades é a de Toka-leya na área do Chefe Mukuni em Livingstone, onde as cataratas de Victoria Falls fazem a fronteira entre a Zâmbia e o Zimbábue.

Conscientes do que poderá acontecer aos recursos naturais se não forem devidamente cuidados, as pessoas de Mukuni estão a trabalhar com várias organizações para criar consciência em torno das questões e encontrar soluções para alguns dos problemas.

Elas formaram a Associação de Desenvolvimento de Mukuni (MDT) para encontrar soluções práticas para questões como desertificação, degradação de solos, abastecimento

inadequado de água e saneamento, abate indiscriminado de fauna bravia e queimadas.

As pessoas acreditam que se estes problemas não são tratados ao nível comunitário, eles podem criar conflitos em termos de uso de recursos naturais bem como da sua partilha.

“Sabemos que devemos cuidar das nossas árvores porque dependemos delas”, diz o Chefe Mukuni.

O Chefe Mukuni descreve a aldeia como das “poucas ainda existentes aldeias africanas”, das quais muito se pode aprender em termos de preservação e práticas culturais.

Através da MDT, a comunidade está a atrair turistas para a sua área e a educá-los sobre a sua história pré-colonial e modo de vida. A associação usa o processo de promover a conservação da bio-diversidade através da gestão natural baseada na comunidade. □

Alcançar a igualdade do género, um desafio à ZamCom

A Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZamCom) enfrenta, entre outros desafios, o de alcançar um desenvolvimento sustentável através da redução das desigualdades no género e aumentando a participação das mulheres em questões relativas à gestão do meio ambiente e dos recursos naturais.

A Declaração de Beijing de 1995 e a Plataforma de Acção (BDPFA) desafiou globalmente os governos a considerar “as desigualdades do género na gestão dos recursos naturais e na defesa do meio ambiente” entre os obstáculos para a emancipação e avanço da mulher.

Indo mais além, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) endossou a necessidade de dar às mulheres “completo acesso ao, e controlo sobre os recursos produtivos tais como a terra, gado, mercados, crédito, tecnologia moderna, emprego formal, e uma boa qualidade de vida de forma a reduzir o nível de pobreza entre as mulheres”. Tal vem inscrito na sua Declaração sobre Género e Desenvolvimento de 1997.

Possibilitando o completo acesso das mulheres aos recursos significa que elas devem ser envolvidas na gestão dos recursos naturais, incluindo água, uma vez que elas são as gestoras do meio ambiente.

Não é somente o sector de águas que deixou de fora as mulheres na gestão de recursos. A situação aplica-se a outros sectores. Tal aumenta o desafio a todas as outras instituições, sejam organizações de bacias de rios ou protocolos formulados para abordar questões de recursos naturais.

Um comunicado das ONGs para o emancipação das mulheres e género da SADC para o encontro sub regional sobre a implementação da BDPFA na África Austral, realizado em Luzaka, Zâmbia, apelava os governos a:

- ♦ envolver as mulheres na tomada de decisões sobre o meio ambiente a todos os níveis, incluindo-as como gestoras, projectistas e planificadoras, e como implementadoras e avaliadoras dos projectos sobre meio ambiente;
- ♦ integrar as preocupações e perspectivas sobre o género nas políticas e programas para o desenvolvimento sustentável; e
- ♦ reforçar ou estabelecer mecanismos aos níveis nacional, regional e internacional para determinar o impacto sobre as mulheres das políticas de desenvolvimento e meio ambiente.

Especialistas em género expressaram preocupação sobre a continuada inadequada participação das mulheres na protecção e gestão ambiental, aliada ao acesso limitado a conhecimentos técnicos, recursos, e políticas ambientais de incentivo ao género.

Estudos mostram que apesar de as mulheres carregarem um pesado fardo na produção, elas não gozam direitos iguais em termos de acesso e controlo dos recursos. Comumente os homens têm o direito de decidir sobre como recursos como terra, água, e pescas devem ser utilizados.

A inclusão das mulheres na gestão dos recursos naturais é importante, uma vez que elas são gestoras domésticas que mais estão em contacto com os recursos, quando elas levam a cabo grande parte do trabalho, incluindo a colecta de água. As mulheres também decidem sobre que fontes de água usar, para que propósitos e sobre que quantidade de água colectar considerando os vários tipos de uso da água.

O papel principal que as mulheres jogam como portadoras e utentes da água e como guardiãs do meio ambiente é raramente reflectido nos mecanismos institucionais para o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. Assegurando que há uma partilha adequada e eficientemente benéfica entre todos os estados ribeirinhos, espera-se da ZamCom a promoção do papel que as mulheres desempenham, bem como proporcionar-lhes voz na tomada de decisões.

Têm-se registado esforços deliberados no sentido de aumentar a confiança, formação bem como de empoderamento das mulheres no sentido delas participarem activamente a todos os níveis nas actividades de gestão de águas. As políticas de águas formuladas nos diferentes países dentro da região da SADC reflectem já o papel das mulheres.

Estatísticas inseridas no livro “O Estado do Meio Ambiente na Bacia do Zambeze – 2000” e publicado pela SADC revela que:

- ♦ as mulheres constituem a maioria da população na bacia do Zambeze, até 65 por cento, uma vez que grande dos homens migrou para os centros urbanos fora da bacia, na busca de empregos remunerados;
- ♦ as mulheres constituem o maior número dos pobres;
- ♦ mais mulheres que homens estão baseadas nas zonas rurais, e permanecem na periferia do desenvolvimento humano e governação;
- ♦ as mulheres têm acesso a níveis mais baixos de educação comparadas aos homens;
- ♦ as mulheres trabalham mais horas que os homens; e
- ♦ grande parte do trabalho das mulheres não “é pago, e a sua contribuição ao rendimento e às decisões familiares não são proporcionais ao trabalho com que elas contribuem.

Estas revelações demonstram que as mulheres são um actor chave na bacia do Zambeze e os seus interesses devem ser acolhidos nas actividades implementadas soba ZamCom. □



A SADC desafia as Parcerias Nacionais em Águas a ter impacto

por Stanley Mubako

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) desafiou as Parcerias Nacionais em Águas (CWPs) a emergirem com planos de negócios que assegurem impacto ao nível das comunidades de base, onde grande parte da “acção” tem lugar.

Obonetse Masedi da Divisão de Águas da SADC fez esse pronunciamento durante o quarto encontro anual consultivo de parceiros da Parceria Global Água da África Austral (GWP-SA), realizado em Julho na Swazilândia.

CPWs são fóruns integrando actores multifacetados que facilitam o diálogo e actividades visando promover os princípios da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (IWRM). Eles incluem instituições engajadas em actividades relacionadas com água e saneamento, tais como pesquisa, prestação de serviços, formação e disseminação de conhecimento e informação, entre outras.

A IWRM é um processo que promove o desenvolvimento coordenado e a gestão de águas, terra e recursos relacionados, com vista a maximizar a resultante do bem estar económico e social, de uma maneira equitativa, sem comprometer a sustentabilidade de sistemas vitais.

A GWP facilitou e apoiou o estabelecimento de parcerias nacionais, depois de compreender a importância das realidades e prioridades nacionais e da necessidade para a acção ao nível local. A primeira parceria nacional foi lançada na Zâmbia em 2000. Mais parcerias foram

posteriormente lançadas na África do Sul, Botswana, Malawi, Namíbia, Swazilândia, Tanzania e Zimbabwe.

O encontro sob o tema “Impacto através de Parcerias”, foi descrito como uma plataforma que promove o diálogo sobre águas. Foi sentido que o processo era fundamental em acrescentar valor ao debate sobre águas na região.

O processo GWP-SA, juntamente com outras iniciativas nacionais e regionais é instrumental na prevenção de potenciais conflitos sobre a escassez de recursos hídricos na região. As RBOs estabelecidas na região da SADC incluem a Comissão Orange-Senqu (Orasecom), Comissão do Rio Okavango (Okacom), o Incomati Maputo e a recentemente criada Comissão do Curso de Água do Zambeze (ZamCom), entre outras. Estas irão desempenhar um papel vital na preparação dos planos da IWRM, que irão constituir as bases dos projectos de infra-estruturas chave para a provisão de água.

“A SADC acredita num processo participativo e consultativo e as CWPs são a chave para isso. É importante que o papel das parcerias seja claro e efectivo. Elas são veículos que representam os diferentes actores do país através dos quais se constrói o processo de consenso”, defendeu Masedi.

Mudesi apelou às CWPs a serem pró-activas em todos os estados membros, de forma a promoverem o processo de construção de consensos entre os actores.

Ele disse que a África Austral tem potencial para servir como um modelo de uma IWRM para o resto do mundo. □

Relatórios sobre estado do ambiente a serem publicados cada cinco anos

Relatórios sobre o estado do ambiente na África Austral vão ser publicados em cada cinco anos, em linha com o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da SADC. Os relatórios são intitulados *Perspectiva Ambiental da África Austral*.

O primeiro relatório sobre o ambiente na África Austral foi publicado em 1994. Dois relatórios temáticos, um sobre a Água e outro sobre Florestas e Biodiversidade se lhe seguiram em 1996 e 2000. Os relatórios são produzidos sob o Programa Comunicando o Ambiente (CÉP).

Espera-se que o segundo relatório cobrindo áreas tais como a terra, recursos de água doce, recursos marinhos e costeiros, florestas e áreas arborizadas, recursos faunísticos, e colonatos humanos seja publicado nos princípios do próximo ano. A *Perspectiva Ambiental da África Austral 2004* tem nove capítulos divididos em três secções. Um dos capítulos dá uma visão geral da região da África Austral, sete descrevem os recursos da região e a interacção com os seus povos e a terceira secção contém um capítulo que lida com as tendências e cenários.

Margaret Nyirenda, a Supervisora da SADC para Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) disse que o grupo regional considera o ambiente como

uma questão transversal e que doravante ficaria sobre a alçada do escritório do Director Chefe, juntamente com outros assuntos como a pobreza e HIV/SIDA.

A medida dá o ambiente a proeminência que ela requer e também permite uma avaliação integrada, que é a base da reportagem sobre o estado do ambiente.

A parceria do CEP foi estabelecida em 1992 após a cimeira da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), em Brasil, a SADC formulou a Política e Estratégia Regional para Alimentação e Recursos Naturais e 1992. Em todas estas iniciativas a informação foi vista como a principal âncora à concessão de um critério igual para o ambiente e desenvolvimento.

O principal objectivo do CEP então foi de facilitar o primeiro relatório sobre o Estado do Ambiente na África Austral.

O objectivo do CEP é de informar, motivar e empoderar as pessoas em todos os níveis de tomada de decisão na África Austral, desde o indivíduo e ONGs ao sector privado e governos, a tomarem acções positivas para contrariar a degradação ambiental e caminhar em direcção ao desenvolvimento sustentável, provendo-os com objectivos claros e informação significativa sobre o ambiente. □



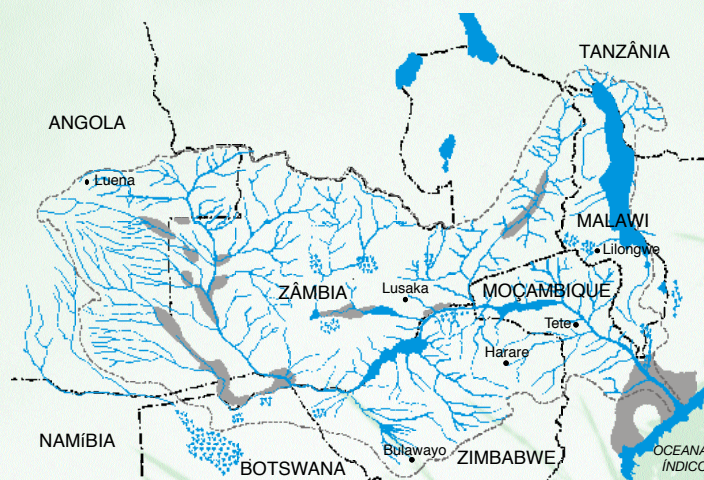
UM OLHAR SOBRE O ZAMBEZE

O Rio Zambeze

- Nasce no Planalto Africano Central nas Colinas de Kalene no noroeste da Zâmbia e corre através de oito países situando-se o seu delta em Moçambique e no Oceano Índico.
- Irriga uma área de mais de 1.4 milhão de km quadrados, cobrindo áreas de Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.
- Alimenta as Cataratas de Victória Falls, popularmente identificadas como uma das sete maravilhas naturais do mundo, bem como as barragens hidroeléctricas de Kariba e Cahora Bassa e as suas albufeiras.

A Bacia do Zambeze

- ♦ É a mais partilhada na África Austral e a terceira mais larga em África depois do Congo e do Nilo.
- ♦ Cobre cerca de 25 por cento do total da área geográfica dos oito países ribeirinhos, numa área estimada em 5.6 milhões de km quadrados.
- ♦ É o lar para mais de 40 milhões de pessoas da SADC sobre uma população total de 200 milhões de pessoas.
- ♦ Acolhe áreas urbanas como Luena em Angola, Kasane no Botswana, Tete em Moçambique, Katima Mulilo na Namíbia e Mbeya na Tanzânia, quase que todos os centros urbanos na Zâmbia, incluindo a capital, Lusaka, todos os centros urbanos no Malawi, a maior parte no Zimbabwe, incluindo Harare.
- ♦ Contém o Lago Malawi/Nyasa/Niassa cobrindo 28.000 km quadrados, o terceiro maior lago de água doce em África depois dos Lagos Victória e Tanganyika e é o terceiro maior do mundo em termos de profundidade.



Esta edição especial do *The Zambezi* foi apoiado pelo Programa 6 de Acção do Zambeze Fase II (ZAPCRO 6 II)



IUCN
The World Conservation Union

SARDC
Southern African Research
and Documentation Centre

Sida